



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento de veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 15.109 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com

desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 742 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No semestre, o Bradesco Financiamentos registrou Lucro Líquido de R\$ 585 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 11.384 milhões e Ativos Totais de R\$ 47.651 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo no mesmo exercício, em 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas BF Promotora de Vendas Ltda. e Banco Bradesco Europa S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2019	2018	2019	2018
ATIVO				
CIRCULANTE	19.102.472	17.945.163	15.268.184	14.829.290
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	154	159	13.883.160	13.672.709
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	3.137.365	2.936.815	13.893.160	13.672.709
Aplicações no Mercado Aberto	924.967	136.121	7	1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.212.398	2.800.694	7	7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	106.626	104.754	87.467	87.391
Carteira Própria	19.380	19.270	87.467	87.391
Vinculados à Prestação de Garantias	87.246	92.475	1.297.550	1.089.189
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	29.401	17.986	12.719	13.037
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	9	4	46.360	196.795
Correspondentes	29.392	17.982	880.391	879.357
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	14.075.210	13.181.100		
Operações de Crédito - Setor Privado	14.563.675	13.669.055		
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(488.465)	(487.955)		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(382)	(847)		
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.648	11.850	20.754.419	18.829.038
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(15.407)	(11.534)	19.580.199	17.639.158
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(623)	(1.163)	1.174.220	1.189.880
OUTROS CRÉDITOS	1.648.495	1.572.977	515.691	499.522
Rendas a Receber	5	3	658.529	690.378
Diversos (Nota 8)	1.648.490	1.572.974		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	105.893	132.219		
Outros Valores e Bens	161.614	164.153		
Provisões para Desvalorizações	(78.924)	(79.336)		
Despesas Antecipadas	22.903	47.402		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.038.111	23.864.500		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.390.084	2.342.697		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.342.697		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	-	218		
Carteira Própria	18.774.500	218		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	19.199.533	16.560.500		
Operações de Crédito - Setor Privado	19.199.533	16.853.889		
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(325.033)	(292.923)		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(404)	(602)		
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	18.292	11.264		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(18.047)	(11.113)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(649)	(753)		
OUTROS CRÉDITOS	4.742.944	4.908.109		
Diversos (Nota 8)	4.853.745	5.049.266		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.801)	(131.157)		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	30.987	53.112		
Despesas Antecipadas	30.987	53.112		
PERMANENTE	2.510.737	2.469.092		
INVESTIMENTOS (Nota 10)	2.280.635	2.266.419		
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	2.276.118	2.262.735		
- No Exterior	541	523		
Outros Investimentos	12.540	12.146		
Provisões para Perdas	(4.864)	(9.655)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	11.009	12.642		
Outras Imobilizações de Uso	28.557	26.712		
Depreciação Acumulada	(17.548)	(14.070)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7k)	176.684	150.061		
Bens Arrendados	181.414	154.398		
Depreciação Acumulada/Superveniência de Depreciação	(4.730)	(4.337)		
INTANGÍVEL (Nota 12)	42.409	39.970		
Ativos Intangíveis	121.110	111.642		
Amortização Acumulada	(78.701)	(71.672)		
TOTAL	47.651.320	44.278.755	47.651.320	44.278.755

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de Crédito (Nota 7)	3.636.577	3.644.946
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	3.359.984	3.323.465
Operações de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	39.778	60.856
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	236.815	260.625
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.979.878)	(1.985.195)
Operações de Captações no Mercado (Nota 13b)	(392)	(1.697.749)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	(92.475)	(52.807)
Operações para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(334.852)	(234.639)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.656.899	1.659.899
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(738.441)	(805.371)
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 17)	176.869	151.667
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(138.489)	(140.010)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(266.427)	(272.487)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(106.324)	(98.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10a)	10.469	10.469
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	203.806	163.320
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(617.935)	(623.609)
RESULTADO OPERACIONAL	918.458	854.377
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)	(32.588)	(25.528)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	885.873	828.849
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25)	(300.593)	(311.593)
Provisão para Imposto de Renda	(263.702)	(134.128)
Provisão para Contribuição Social	(161.936)	(175.949)
Ativo Fiscal Diferido	125.045	218.484
LUCRO LÍQUIDO	585.280	737.256
Número de ações (mil) (Nota 16a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	23,67	29,81

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	885.873	828.849
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	334.852	234.639
Depreciações e Amortizações	31.346	26.414
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	45.702	115.147
Constituições de Provisões para Desvalorizações de Bens Não de Uso Próprio	(106.324)	(98.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(10.669)	10.469
Insuficiência de Depreciação	1.346	27.187
Provisão para Perdas com Prestamistas	66.826	96.720
Outros	2.448	238
Varição Cambial de Ativos no Exterior	1.300.111	(72)
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	1.380.111	1.336.499
(Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez)	332.936	1.072.023
(Aumento/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos)	(3.156)	(3.369)
(Aumento/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências)	(22.069)	(30.150)
(Aumento/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil)	17.070	17.070
(Aumento/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil)	(2.208.748)	(823.887)
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens)	(246.706)	(102.195)
(Aumento/Redução em Imobilizado de Arrendamento)	(48.398)	(21.556)
Aumento/(Redução) em Depósitos	829.738	412.454
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(25.833)	(423.987)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(10.097)	(36.341)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(139.399)	(130.865)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(151.461)	1.264.939
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	89	5
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.797)	(591)
Aquisição de Intangível	(9.386)	(5.139)
Alienação de Intangível	456	-
Dividendos Recebidos	-	9
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(10.638)	(5.722)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(1.139.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(1.139.000)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(162.099)	120.217
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.544.421	221.525
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.382.322	341.742
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(162.099)	120.217

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e de suas demonstrações contábeis de acordo com as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).
A Administração declara que as demonstrações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Financiamentos evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
 - a) Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
 - b) Ajuste do resultado**
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.
 - c) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco Financiamentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
 - e) Títulos e valores mobiliários - Classificação**
 - Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 - Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação	
		Legal	Estatutária	Patrimonial	Lucros Acumulados
Saldos em 31/12/2017	7.010.000	743.677	2.525.062	(1.784)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(2.841)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	737.256
Destinações - Reservas (Nota 16b)	-	36.863	60.393	-	(97.256)
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos (Nota 16c)	-	-	-	-	(640.000)
Saldos em 30/06/2018	7.010.000	780.540	2.585.455	(4.625)	-
Saldos em 31/12/2018	7.010.000	804.440	2.991.559	(3.500)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.480	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	585.280
Destinações - Reservas (Nota 16b)	-	29.264	550.456	-	(579.720)
- Dividendos Propostos (Nota 16c)	-	-	-	-	(5.560)
Saldos em 30/06/2019	7.010.000	833.704	3.542.015	(2.020)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos de cada contrato, registrando-se em relação às operações, aos devedores e garantidores.

g) Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CNM, e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata die).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	51	59
Aplicações em curto	113	100
Total de disponibilidades (caixa)	164	159
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.382.158	341.583
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.382.322	341.742

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da eletiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada	924.967	136.121
• Notas do Tesouro Nacional	924.967	136.121
Subtotal	924.967	136.121
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	477.587	118.387
Subtotal	477.587	118.387
Total em 2019	1.402.554	254.508
%	25,4	2,2
Total em 2018	416.101	91.456
%	7,9	1,7

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas:

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
• Posição bancada	16.354	10.869
Subtotal	16.354	10.869
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	217.295	3.437
Subtotal	217.295	3.437
Total (Nota 6e)	233.649	257.450

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira por emissor

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Títulos		
Títulos públicos	85.343	93.475
Letras financeiras do tesouro	85.343	93.475
Títulos privados	13.147	13.147
Cotas de fundos de investimentos	12.929	12.929
Outros	218	218
Total em 2019	13.147	85.343
Total em 2018	12.192	173

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2019		2018	
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	1 a 30 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (1)	12.929	85.343	12.929	85.343
Letras financeiras do tesouro	-	85.343	-	85.343
Cotas de fundos de investimentos	12.929	-	12.929	-
Outros	218	-	218	-
Total em 2019	13.147	85.343	13.147	85.343
Total em 2018	12.192	173	12.192	173

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria	13.147	6.233
Título de renda fixa	13.147	6.233
• Cotas de fundos de investimento renda fixa	12.929	-
• Letras financeiras do tesouro	-	6.233
• Outros	218	-
Títulos vinculados	-	79.110
A prestação de garantias	-	79.110
• Letras financeiras do tesouro	-	79.110
Total em 2019	13.147	85.343
Total em 2018	12.192	173

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Financiamentos não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

e) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	233.649	257.450
Títulos de renda fixa	3.168	3.175
Total	236.815	260.625

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	355.106	354.803
Financiamentos	1.022.566	860.954
Subtotal	1.377.672	1.215.757
Operações de arrendamento mercantil	4.413	3.364
Subtotal	4.413	3.364
Total das operações de crédito	1.382.085	1.219.121
Avalis e fianças	-	-
Total - Contas de compensação	-	-
Total geral em 2019	1.382.085	1.219.121
Total geral em 2018	1.244.969	1.171.852

Parcelas vencidas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	15.777	12.619
Financiamentos	77.412	59.999
Subtotal	93.189	72.618
Operações de arrendamento mercantil	50	48
Subtotal	50	48
Total geral em 2019	93.239	72.666
Total geral em 2018	93.056	73.261

Parcelas vencidas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	15.054	14.409
Financiamentos	75.711	68.930
Subtotal	90.765	83.339
Operações de arrendamento mercantil	39	24
Subtotal	39	24
Total geral em 2019	90.804	83.363
Total geral em 2018	90.178	82.583

Total geral

	Total em 2019 (A+B+C)	% (1)	Total em 2018 (A+B+C)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	12.334.208	36,4	12.613.205	41,2
Financiamentos	21.429.000	63,3	17.909.739	58,6
Subtotal	33.763.208	99,7	30.522.944	99,8
Operações de arrendamento mercantil	94.120	0,3	63.707	0,2
Subtotal	94.120	0,3	63.707	0,2
Total das operações de crédito	33.857.328	100,0	30.586.651	100,0
Avalis e fianças	-	-	1.196	-
Total - Contas de compensação	-	-	1.196	-
Total geral em 2019	33.857.328	100,0	30.587.847	100,0
Total geral em 2018	33.858.543	100,0	30.587.847	100,0

(1) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito, incluindo avalis e fianças.

b) Modalidades e níveis de risco

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	2.457	11.882.681
Financiamentos	18.407.793	939.874
Subtotal	18.410.250	12.822.555
Operações de arrendamento mercantil	61.526	14.887
Subtotal	18.471.776	12.837.242
Avalis e fianças	17	324
Total geral em 2019	18.471.793	12.837.242
%	54,9	37,9
Total geral em 2018	15.471.517	12.844.749
%	50,6	42,0

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem avalis e fianças.

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Parcelas vencidas		
1 a 30	18.397.331	12.833.241
31 a 60	903.794	379.286
61 a 90	817.095	385.082
91 a 180	923.001	981.745
181 a 360	2.365.470	1.089.440
Acima de 360	4.012.641	1.974.285
Subtotal	9.475.330	8.623.403
Parcelas em curso normal (2)	74.445	4.001
1 a 14	3.208	14.755
15 a 30	25.064	11.340
31 a 60	6.363	27.264
61 a 90	-	4.238
91 a 180	-	1.587
181 a 360	-	1.987
Acima de 360	-	-
Subtotal	568.942	536.509
Provisão específica	5.689	16.096
Total em 2019	18.471.776	12.837.242
Total em 2018	15.471.500	12.844.749

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; (2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e (3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operações

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Exposição		
Operações de crédito	29.694.966	1.646.731
Operações de crédito	1.487.586	359.513
Operações de crédito	288.701	288.701
Operações de crédito	378.153	378.153
Operações de crédito	1.678	33.857.328

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Nível de risco		
AA	18.471.776	18.471.776
A	12.837.242	12.837.242
B	34.635	229.981
C	59.184	477.325
D	93.819	1.011.632
E	39.246	211.744
F	30.021	127.632
G	25.452	82.135
H	21.620	61.157
I	115.488	247.459
Subtotal	231.827	730.127
Total geral em 2019	325.646	1.741.759
Total geral em 2018	330.097	1.582.856

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; (2) Operações com prazo inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Operações de crédito	29.694.966	1.646.731
Operações de crédito	1.487.586	359.513
Operações de crédito	288.701	288.701
Operações de crédito	378.153	378.153
Operações de crédito	1.678	33.857.328

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Maior devedor	21.220	14.728
Dez maiores devedores	115.464	83.941
Vinte maiores devedores	188.260	131.527
Quinquenta maiores devedores	337.277	215.855
Cem maiores devedores		

...continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	885.873	828.849
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(354.349)	(372.982)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligações e controladas	4.267	6.333
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(538)	(709)
Juros sobre o capital próprio	-	288.000
Outros valores (1)	50.027	(12.235)
Imposto de renda e contribuição social do período	(300.593)	(91.593)

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de crédito no montante de R\$ 41.068 mil; (ii) a equalização da alíquota efetiva em relação à alíquota de 40% para 2019 e 45% para 2018, demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(425.638)	(310.077)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	125.045	225.767
Realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	(7.283)
Total dos ativos fiscais diferidos	125.045	218.484
Imposto de renda e contribuição social do período	(300.593)	(91.593)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 30.6.2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836.681	134.184
Provisões civis	86.867	2.782
Provisões fiscais	197.457	3.669
Provisões trabalhistas	27.201	3.314
Provisão para desvalorização de bens não de uso	30.599	8.983
Agio amortizado	883	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	23	14
Outros	200.467	35.209
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Notas 8 e 3g)	1.380.278	188.155
Obrigações fiscais diferidas (Notas 15a e 25e)	499.983	(618)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	880.295	(62.492)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças tributárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	256.419	154.256	410.675
2020	317.822	190.084	507.916
2021	238.467	142.888	381.355
2022	43.097	25.886	68.983
2023	28.983	17.418	46.401
Após 2023	56.283	33.710	89.993
Total	941.071	564.252	1.505.323

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.455.257 mil (2018 - R\$ 1.872.562 mil) de diferenças temporárias.

e) **Obrigações fiscais diferidas**
As obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 521.700 mil (2018 - R\$ 505.948 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 18.778 mil (2018 - R\$ 20.144 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 502.922 mil (2018 - R\$ 485.804 mil).

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avalis e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 1.215 mil (2018 - R\$ 1.196 mil), e estão registrados em contas de compensação. A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de fianças prestadas, definida na Resolução nº 2.682/99 do CMN, foi de R\$ 25 mil (2018 - R\$ 24 mil).
- b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.
- c) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.
- d) A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
- e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pelo Bradesco Financiamentos foram:
 - Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
 - Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
 - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 23 - R1); e
 - Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).
 Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de natureza prospectiva ou retrospectiva.
- f) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ou o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 7j das demonstrações contábeis. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 814.770 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de crédito) em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excédente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f e 7. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações da Instituição, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Provisões e passivos contingentes - fiscais, civis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n e 14, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão registrada nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 516.033 mil, R\$ 220.676 mil e R\$ 69.177 mil, respectivamente. Algumas leis, julgamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à lei e regulamentos requer o julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Avaliamos a suficiência das provisões fiscais, civis e trabalhistas e dos valores de contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, civis e trabalhistas em que a Instituição está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o saldo das provisões e passivos contingentes de natureza fiscal, civil e trabalhista da Instituição, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimento em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicativos para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e

as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Analisamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicativos, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho, o desempenho e a efetividade operacional desses controles. As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a partir de quando a administração pretende liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Esses assuntos foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 26 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/E

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.



MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



Fonte: Comscore Audience Duplication Multi-Platform - November 2018

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri